

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	86
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	90
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	93
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.779.280.945
Preferenciais	0
Total	1.779.280.945
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	925.693	987.828	1.042.240
1.01	Ativo Circulante	75.401	61.029	48.924
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.992	19.536	11.976
1.01.03	Contas a Receber	33.169	25.234	23.802
1.01.03.01	Clientes	33.169	25.234	23.802
1.01.04	Estoques	5.632	6.112	4.961
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.743	3.376	3.111
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.743	3.376	3.111
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.865	6.771	5.074
1.02	Ativo Não Circulante	850.292	926.799	993.316
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.235	8.619	6.864
1.02.01.04	Contas a Receber	790	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.445	8.619	6.864
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	7.445	6.541	4.842
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	0	2.078	2.022
1.02.03	Imobilizado	6.408	10.736	12.964
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.863	8.151	10.379
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	545	2.585	2.585
1.02.04	Intangível	835.649	907.444	973.488
1.02.04.01	Intangíveis	835.649	907.444	973.488
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	835.649	907.444	973.488

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	925.693	987.828	1.042.240
2.01	Passivo Circulante	1.045.681	1.027.158	94.926
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.839	12.977	6.475
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.839	12.977	6.475
2.01.02	Fornecedores	35.361	55.553	44.875
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.361	55.553	44.875
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.235	5.846	4.026
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.235	5.846	4.026
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.235	5.846	4.026
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	983.945	943.430	6.692
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	983.945	943.430	6.692
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	983.945	943.430	6.692
2.01.05	Outras Obrigações	8.308	8.359	31.865
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	31.843
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	0	31.843
2.01.05.02	Outros	8.308	8.359	22
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	0	23	22
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	8.308	8.336	0
2.01.06	Provisões	993	993	993
2.01.06.02	Outras Provisões	993	993	993
2.01.06.02.05	Provisão Ambiental	993	993	993
2.02	Passivo Não Circulante	182.673	135.565	1.063.886
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	841	2.110	898.396
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	841	2.110	898.396
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	841	2.110	898.396
2.02.02	Outras Obrigações	66.544	48.437	2.805
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	66.544	48.437	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	66.544	48.437	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02	Outros	0	0	2.805
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	0	2.805
2.02.03	Tributos Diferidos	35.887	36.068	37.587
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.887	36.068	37.587
2.02.04	Provisões	79.401	48.950	125.098
2.02.04.02	Outras Provisões	79.401	48.950	125.098
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	596	1.513	1.143
2.02.04.02.04	Provisão para Riscos	78.805	47.437	123.955
2.03	Patrimônio Líquido	-302.661	-174.895	-116.572
2.03.01	Capital Social Realizado	1.104.899	1.029.899	1.013.899
2.03.02	Reservas de Capital	0	75.000	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	75.000	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.407.560	-1.279.794	-1.130.471

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	427.724	396.264	468.863
3.01.01	Receita de construção	856	6.806	118.300
3.01.02	Receita de serviços	426.868	389.458	350.563
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-336.514	-512.983	-382.259
3.02.01	Custo de construção	-856	-6.806	-118.300
3.02.02	Custo de serviços	-335.658	-506.177	-263.959
3.03	Resultado Bruto	91.210	-116.719	86.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.006	63.888	-279.164
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.134	-28.292	-12.230
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-24.872	92.180	-266.934
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.204	-52.831	-192.560
3.06	Resultado Financeiro	-164.151	-98.009	-187.948
3.06.01	Receitas Financeiras	2.546	649	1.681
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.697	-98.658	-189.629
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-127.947	-150.840	-380.508
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	181	1.518	1.815
3.08.02	Diferido	181	1.518	1.815
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-127.766	-149.322	-378.693
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-127.766	-149.322	-378.693
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,072	-0,021	-0,287
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,072	-0,021	-0,287

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-127.766	-149.323	-378.693
4.03	Resultado Abrangente do Período	-127.766	-149.323	-378.693

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.829	-74.040	98.907
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	124.043	-70.493	77.631
6.01.01.01	Lucro /Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	-127.947	-150.841	-380.508
6.01.01.03	Depreciação e amortização	75.732	76.260	76.161
6.01.01.04	Variações monetárias e encargos	146.778	78.658	148.807
6.01.01.05	Baixa de imobilizado e intangível	1.527	67	325
6.01.01.06	Provisão para manutenção	-917	371	-11.300
6.01.01.08	Provisão para riscos	30.582	-76.518	-28.014
6.01.01.10	Perda ao valor recuperável (intangível)	0	0	271.730
6.01.01.11	Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	-1.712	1.510	430
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-114.048	-3.547	21.276
6.01.02.01	Estoques	480	-1.151	-1.906
6.01.02.02	Impostos a recuperar	1.711	-322	-115
6.01.02.03	Adiantamentos de terceiros	1.072	-1.697	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	0	0	-1.156
6.01.02.05	Fornecedores	-20.192	7.873	9.616
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	-611	1.820	207
6.01.02.07	Salários e encargos sociais a recolher	-1.138	6.502	-2.066
6.01.02.08	Partes relacionadas	18.107	16.594	9.061
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	-7.013	-2.941	8.634
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-1.438	-1.699	-855
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	0	1	-144
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	-51	8.336	0
6.01.02.15	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-104.975	-36.863	0
6.01.03	Outros	-1.166	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.136	-8.057	-119.401
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-825	-845	-3.117
6.02.03	Aquisição de intangível	-311	-7.212	-116.284

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.237	89.657	13.353
6.03.01	Integralização de capital social	0	16.000	64.776
6.03.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	75.000	0
6.03.04	Custo de captação	0	0	-24.981
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures	-1.237	-1.343	-1.288
6.03.06	Pagamento de juros empréstimos e debêntures	0	0	-25.154
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.456	7.560	-7.141
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.536	11.976	19.117
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.992	19.536	11.976

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.029.899	75.000	0	-1.279.794	0	-174.895
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.029.899	75.000	0	-1.279.794	0	-174.895
5.04	Transações de Capital com os Sócios	75.000	-75.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	75.000	-75.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-127.766	0	-127.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-127.766	0	-127.766
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.104.899	0	0	-1.407.560	0	-302.661

Houve um erro na geração deste relatório. Caso o problema persista favor entrar em contato com a Central de Emissores, telefone (11) 2565-5063.

Houve um erro na geração deste relatório. Caso o problema persista favor entrar em contato com a Central de Emissores, telefone (11) 2565-5063.

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	468.644	431.816	501.293
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	465.132	424.274	381.963
7.01.02	Outras Receitas	944	2.246	1.460
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	856	6.806	118.300
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	1.712	-1.510	-430
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-240.222	-295.971	-520.904
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-234.572	-288.479	-127.077
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.500	-411	-275.159
7.02.04	Outros	-2.150	-7.081	-118.668
7.02.04.01	Custo de construção	-856	-6.806	-118.300
7.02.04.02	Outros custos	-1.294	-275	-368
7.03	Valor Adicionado Bruto	228.422	135.845	-19.611
7.04	Retenções	-75.732	-76.260	-76.164
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.732	-76.260	-76.164
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	152.690	59.585	-95.775
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.546	649	1.680
7.06.02	Receitas Financeiras	2.546	649	1.680
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	155.236	60.234	-94.095
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	155.236	60.234	-94.095
7.08.01	Pessoal	48.488	48.787	39.919
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.095	36.483	23.348
7.08.01.02	Benefícios	11.460	9.855	13.806
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.933	2.449	2.410
7.08.01.04	Outros	0	0	355
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.344	56.907	51.240
7.08.02.01	Federais	41.766	37.452	33.835
7.08.02.02	Estaduais	16	59	229
7.08.02.03	Municipais	21.562	19.396	17.176

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	171.170	103.863	193.439
7.08.03.01	Juros	147.183	48.458	56.722
7.08.03.02	Aluguéis	4.726	5.311	3.809
7.08.03.03	Outras	19.261	50.094	132.908
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-127.766	-149.323	-378.693
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-127.766	-149.323	-378.693

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



VIA
040



2022

Relatório da Administração



Relações com Investidores

RI@via040.invepar.com.br



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice

A Companhia	3
Aos Acionistas	3
Introdução	3
Destaques do Ano	4
Sustentabilidade dos Negócios	5
Gestão pela Qualidade Total	5
Código de Ética e Conduta	5
Gestão de Riscos e Compliance	5
Relacionamento com a Sociedade	5
Meio Ambiente	6
Segurança no Trânsito	9
Dados da Operação da Concessão.....	9
Política de Distribuição de Dividendos.....	11
Planejamento Empresarial	11
Contexto Econômico	12
Receita e Mercado	12
Indicadores Operacionais	12
Aspectos Financeiros	14
Estratégia.....	19
Eventos Subsequentes.....	19
Auditores.....	19
Agradecimentos	19
Anexos.....	20
Concessionária em Números	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária BR 040 S.A. – Via 040.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Via 040

A “Concessionária BR 040 S.A. – Via 040” ou “Companhia” é uma sociedade por ações de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040. Foi constituída em 2014, sendo o contrato de concessão no trecho compreendido entre Brasília-DF e Juiz de Fora-MG, com extensão de 936,8 quilômetros, assinado com o Governo Federal em 12 de março de 2014, pelo prazo de 30 anos. A Companhia é uma empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto à ANTT pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 13.448/2017. No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, do Poder Executivo, regulamentando o procedimento para relicitação de que trata a referida Lei. Neste dia, a Companhia então divulgou por meio de Fato Relevante que prosseguiria com os trâmites para a devolução amigável da concessão, nos termos do referido Decreto. No dia 20 de agosto de 2019, a Companhia protocolou junto ao órgão regulador, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o complemento do teor do requerimento de relicitação da Concessão. No dia 28 de novembro de 2019, a ANTT publicou a Deliberação nº 1.015, atestando a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 13 de janeiro de 2020, os Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Infraestrutura, publicaram a Resolução nº 105, onde opinaram favoravelmente e submeteram à deliberação do Presidente da República a qualificação do pedido de relicitação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. Em 18 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio do Decreto nº 10.248, deliberou pela qualificação da relicitação da BR-040/DF/GO/MG, no âmbito do PPI. Em 20 de novembro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022. Nesta mesma data, foi assinado novo Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato de concessão por 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques do Ano

- **Redução de Acidentes**

A Via040 desde 2014 vem realizando melhorias no pavimento, na sinalização horizontal e vertical, nos sistemas de drenagem, implantação de defensas metálicas e barreiras de concreto, além da ampliação da capacidade do sistema viário, que proporcionam condições mais seguras para os usuários. Somando-se a isso, a Concessionária desenvolve diversas ações voltadas à prevenção de acidentes, conscientização dos motoristas e motociclistas, e fiscalização de veículos pesados e cargas perigosas em parceria com a PRF, Polícia Militar Rodoviária (PMRV), SEST SENAT, ANTT, BHTrans, e prefeituras ao longo trecho.

A somatória destas ações no ano de 2022 resultou na redução de 9,8% no número de acidentes fatais comparado com 2019, ano antes da pandemia de COVID-19

O número dos acidentes totais passou de 5.104 para 4.383, no mesmo período, representando uma redução de 14,1%.

Sustentabilidade dos Negócios

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gestão pela Qualidade Total

Em 2022, a Via040 recebeu a recertificação da ISO 14001:2015. A norma foi certificada através de auditorias feitas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, tendo validade até dezembro de 2025. A ISO 14001 foi conseguida através da implementação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental das atividades executadas na sede administrativa para monitoração da operação, manutenção e conservação da rodovia, bem como, o sistema de arrecadação das praças de pedágio ao longo dos 936,8 Km da rodovia situada no DF/GO/MG.

Código de Ética e Conduta

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Via 040, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da companhia. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

Gestão de Riscos e Compliance

O Programa de Compliance/Integridade da Via040 compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo INVEPAR bem como no seu direcionamento estratégico.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Equilíbrio e Respeito

Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Projeto Aliança pela Vida

Grupo de trabalho formado pela Via040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

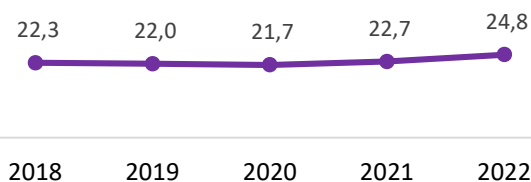
Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a Via040 monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Matriz, diversos KPIs são desdobrados da INVEPAR para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pela alta direção da INVEPAR através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos. Contamos ainda com os processos estabelecidos na NBR ISO 14.001/2015, onde auxilia na identificação e gestão dos riscos ambientais associados aos processos internos das atividades desenvolvidas pela organização.

Consumo de Água

Em 2022, houve variação de 9% se comparado com 2021. Com a retomada do modelo presencial para alguns colaboradores administrativos, que até o ano anterior estavam em modelo de home-office o consumo administrativo se restabeleceu ao consumo histórico.

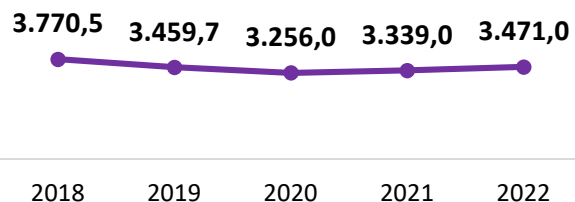
Consumo de Água
(1.000 m³)



Consumo de Energia

Em 2022, houve variação de 4% no consumo de energia se comparado com 2021, esse aumento se deve ao retorno das atividades presenciais, cabe destacar que o consumo total de 2022 está próximo ao valor de 2019, ano antes da pandemia Covid-19

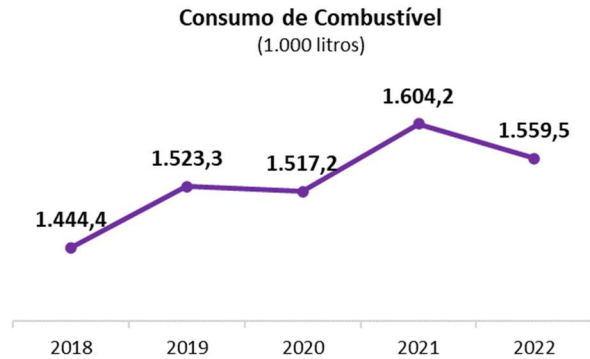
Consumo de Energia Elétrica
(MWH)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

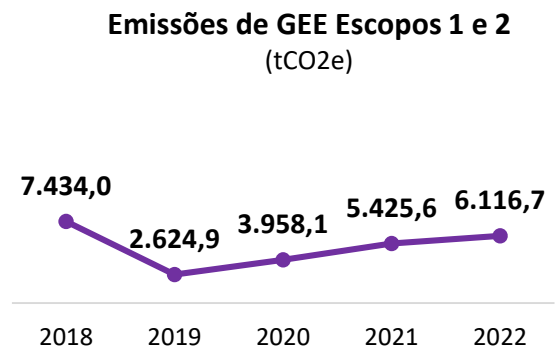
Consumo de Combustível

Em 2022, houve variação de -3% se comparado com 2021, justificado pela redução de 4% no número de ocorrências operacionais.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

Em 2022, tivemos aumento de 13% nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa), sobretudo devido ao aumento do número de supressões de árvores nativas e exóticas com risco eminente de queda aos usuários da rodovia. Em decorrência do aumento no número de queimadas de origem desconhecida na faixa de domínio, provocando danos na fitossanidade das árvores exóticas, sendo necessário o corte para segurança dos usuários da rodovia. Posteriormente ao período de estiagem as chuvas torrenciais provocaram danos nas estruturas de centenas de árvores ao longo da rodovia, sendo necessário a supressão emergencial para mitigar os riscos à segurança viária.



Resíduos

A Via 040 possui o PGRS-Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em conformidade com Lei Federal 12.305/10. Os resíduos gerados pelo empreendimento são provenientes das áreas administrativas, sanitários e dos serviços rotineiros relativos às atividades de operação e manutenção da rodovia BR 040.

São estabelecidos os procedimentos operacionais para a coleta, transporte, destinação e disposição final dos resíduos sólidos gerados e recolhidos pela empresa e contratadas, observando suas características conforme a legislação vigente, para assegurar sua correta manipulação e adequada destinação e disposição final, contribuindo assim com a saúde pública e o meio ambiente.

Os resultados dos resíduos destinados diretamente pela Via 040 em 2022 se comparado a 2021, constam na tabela abaixo.

Resíduos	Und.	2022	2021	Variação
Recicláveis	Ton	32,47	52,4	-38%
Não recicláveis e orgânicos	Ton	36,64	30,7	19%
Perigosos	Ton	7	5,1	37%
Material Fresado	Ton	3.952	28.720	-86%
Quantidade total	Ton	4.028	28.808	-86%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

De acordo com consolidado total, em 2022 houve variação de -86% na destinação de resíduos se comparado a 2021, em razão da redução na geração de material fresado na atividade de recuperação de pavimento.

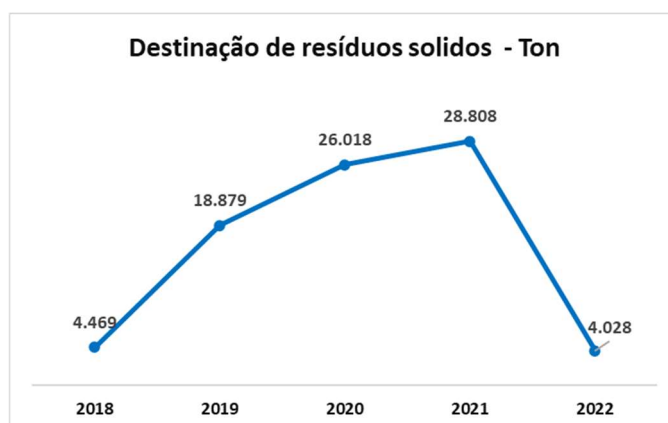
Os recicláveis variaram em -38%, em razão da menor geração de papel, plástico, e sucatas de defesa metálicas. Cabe destacar que os resíduos recicláveis classe II de características domésticas como papel, plástico e outros foram direcionados para associações de reciclagem ao longo da rodovia, contribuindo com papel social de gerar renda para famílias que trabalham nessa atividade. Os resíduos recicláveis que geram receita para organização, como por exemplo a sucata de defesa metálica, foram comercializados através de leilão.

Em relação aos resíduos não recicláveis e orgânicos destinados, houve aumento de 19%.

A destinação dos resíduos perigosos obteve aumento de 37%, em razão da venda de grande volume de sucatas de baterias de torres e repetidoras.

Os resíduos relacionados a conservação da rodovia e atendimento pré-hospitalar não foram contabilizados, visto o controle indireto.

No gráfico abaixo consta a variação de resíduos desde 2018



Em 2018, faltou a contabilização do material fresado doado, sendo ajustado em 2019. Os resíduos relacionados a conserva da rodovia e atendimento pré-hospitalar não foram contabilizados acima, visto o controle indireto.

Projeto Raízes para o Futuro

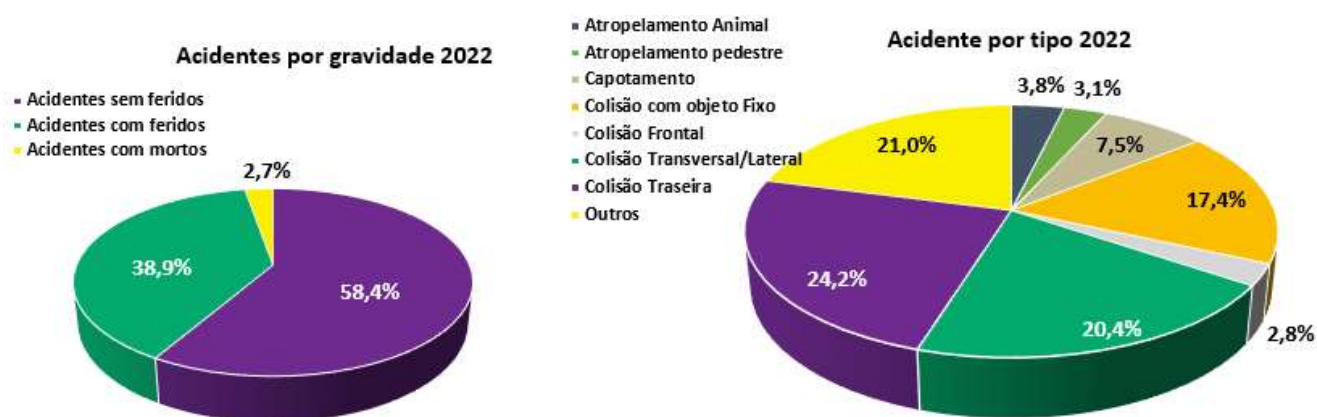
Desenvolvido pela Via 040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste no plantio e manutenção de mudas de árvores nativas relacionadas a cada bioma local. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP) e no Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, ambos localizados às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D'Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Estes locais irão receber, ao todo, cerca de 542 mil novas mudas de árvores nativas, contribuindo para a conservação ambiental. A localização dos plantios teve por objetivo potencializar a recarga hídrica dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mananciais das regiões beneficiadas, além da proteção e desenvolvimento da flora e fauna. O projeto, teve início em dezembro de 2019, com previsão de término em 2025, para manutenção e acompanhamento das árvores plantas ao final do projeto.

Segurança no Trânsito

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e por quantidade de sinistros. A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados da Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tipo de veículos	Quantidade	Qtde/100Km
AMBULANCIA	31	4
BOIADEIRO	6	1
CACAMBA	2	0
COMPRESSOR	3	0
EMPILHADEIRA	2	0
FURGÃO	28	3
PIPA / GUINCHO / MINI CARREGADEIRA	44	5
MOTOCICLETA	2	0
MUNCK	7	1
PICK-UP	26	3
PINTURA	3	0
CESTO AÉREO	1	0
ROLO COMPACTADOR / VIBRATORIO	3	0
SEMI REBOQUE / CARRETINHA	14	1
VEICULO ADMINISTRATIVO	65	7
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	16	2
Total	253	27

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo da Função	Quantidade	Qtde/VDMA
GER OPERAÇÃO VIA040	1	47
COORD OPERAÇÃO	4	187
SUPERVISOR OPERAÇÃO	4	187
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	9	421
SUPERVISOR CCO RODOVIAS	1	47
OP CENTRO CONTROLE OPERACIONAL	19	888
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO I	143	6.686
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO II	37	1.730
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO III	4	187
AUXILIAR OPERAÇÃO	2	94
Total de Pessoal Operacional	224	10.475
SUPERVISOR PESAGEM	1	47
OPERADOR PESAGEM	18	842
Total de Pessoal Pesagem	19	888
LIDER PRAÇA	43	2.011
MOTORISTA	21	982
OPERADOR PEDÁGIO	243	11.362
Total de Pessoal de Pedágio	307	14.354
Total de Pessoal	550	25.716

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Desde a sua constituição e até o último exercício social, inclusive, a Companhia não auferiu lucros e, por isso, não foram distribuídos dividendos, bem como outros tipos de proventos ao seu acionista controlador.

Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido resultados satisfatórios no atingimento das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e demandas da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 2,9%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 com alta de 5,79% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 5,45%. Para o seguimento de rodovias, segundo dados da ABCR no Brasil, houve aumento de 12,3% em 2022, no fluxo de veículos.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária BR 040 S.A. – Via 040 são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A tarifa básica praticada em 2022 foi R\$ 5,80 até 18/12/2022 e a partir de 19/12/2022 a tarifa passou a ser de R\$ 6,30.

Em 2022, trafegaram 78,2 milhões de veículos nas 11 praças de pedágio, volume 8,5% maior em relação a 2021.

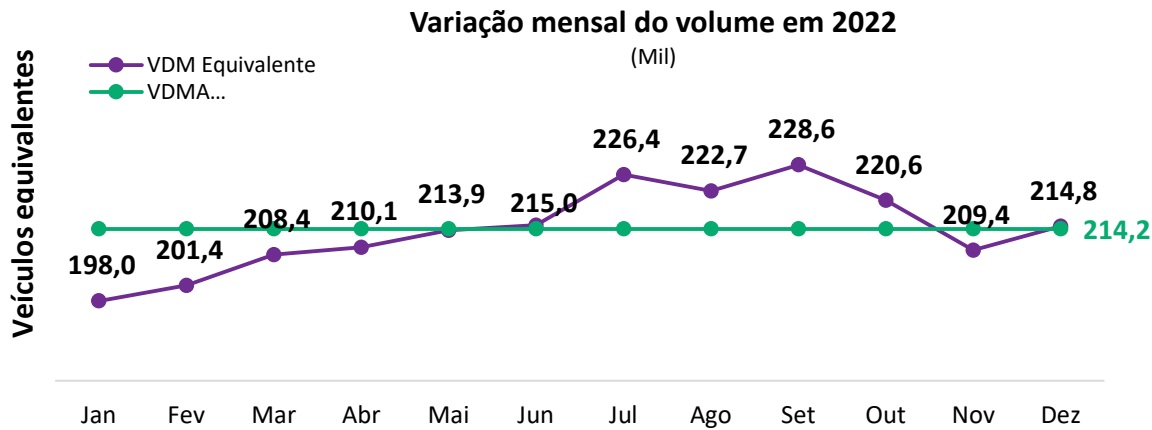
A receita com pedágio da Companhia atingiu o valor de R\$ 455 milhões, com aumento de 9,7% sobre 2021. Quando adicionadas as receitas acessórias obtidas no período, o montante registrado passa a R\$ 465,1 milhões.

Indicadores Operacionais

Caracterização do Tráfego

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente. O Volume Diário Médio Equivalente previsto não foi exigido quando da proposta para esta concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Desempenho Operacional

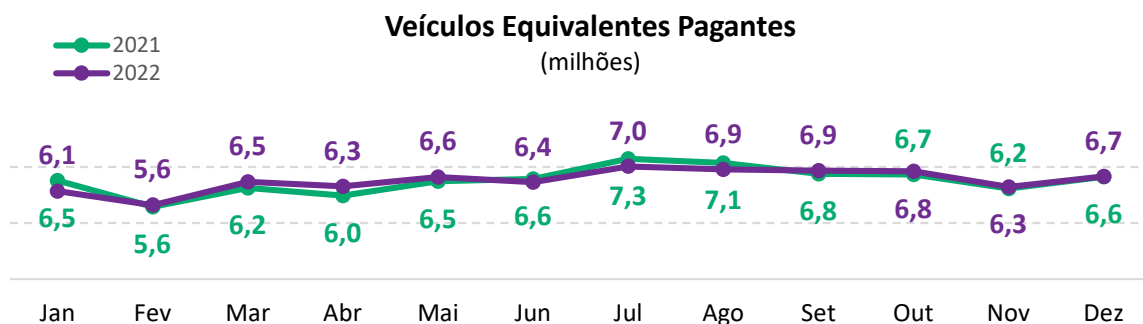
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada registraram aumento de 7,4% em 2022, resultado do aumento de 2,0% dos veículos pesados e de 9,3% dos veículos leves.

Desempenho Operacional (mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
VEPs¹	19.778	19.592	0,9%	78.179	78.118	0,1%
Veículos Leves	5.651	5.432	4,0%	21.201	20.074	5,6%
Veículos Pesados	14.127	14.160	-0,2%	56.978	58.044	-1,8%
Tráfego²	9.114	8.932	2,0%	35.228	34.192	3,0%
Veículos Leves	5.724	5.507	3,9%	21.540	20.330	6,0%
Veículos Pesados	3.214	3.254	-1,2%	12.971	13.235	-2,0%
Veículos Isentos	176	171	2,9%	717	627	14,4%
Tarifa Média (R\$)	5,87	5,37	-	5,82	5,31	-

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A Via040 registrou 78,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs, em 2022. Os montantes estão em linha se comparado ao ano de 2021, um aumento de 0,1%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Aspectos Financeiros****Aspectos Gerais**

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada dos últimos cinco anos.

Receita - R\$ mil	2022	Acumulada
Receita com Pedágio	455.040	1.968.582
Receita extraordinária	10.092	46.270
Total	465.132	2.014.852

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados correspondentes aos últimos cinco anos. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos - R\$ mil	2022	Acumulada
Investimentos	311	328.160

Custos Operacionais - R\$ mil	2022	Acumulada
Custos Operacionais	335.708	1.762.379

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base e no acumulado últimos cinco anos.

ISS - R\$ mil	2022	Acumulada
ISS total PAGO	21.338	91.793

Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em todas as praças de pedágio, por categoria de veículo e em reais.

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de Veículo											
		1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos
P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10 e P11	Até 18/12/22	5,80	2,90	8,70	11,60	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20
P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10 e P11	De 19/12/22 em diante	6,30	3,15	9,45	12,60	12,60	18,90	25,20	31,50	37,80	44,10	50,40	56,70

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receitas**

Receita Operacional (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Receita Bruta	119.272	108.730	9,7%	465.988	431.080	8,1%
Receitas com Pedágio	116.171	105.161	10,5%	455.040	414.915	9,7%
Receitas Acessória	2.529	2.513	0,6%	10.092	9.359	7,8%
Receita de Construção (IFRS)	572	1.056	-45,8%	856	6.806	-87,4%
Receita Bruta Ajustada¹	118.700	107.674	10,2%	465.132	424.274	9,6%
Deduções da Receita Bruta	(9.826)	(8.874)	10,7%	(38.264)	(34.816)	9,9%
Receita Líquida Ajustada¹	108.874	98.800	10,2%	426.868	389.458	9,6%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada aumentou 9,6% no ano de 2022, em relação a 2021, e atingiu R\$ 426,9 milhões. A elevação da Receita Líquida Ajustada no ano de 2022 foi impactada pelo aumento de VEP's leves em 5,6% em 2022 e pelo tráfego de veículos leves em 6%.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Pessoal	(15.515)	(17.990)	-13,8%	(56.973)	(57.061)	-0,2%
Conservação & Manutenção	(28.066)	(41.655)	-32,6%	(112.240)	(238.317)	-52,9%
Operacionais	(11.478)	(15.790)	1006,5%	(51.020)	(49.781)	2,5%
Despesas Administrativas	(4.028)	(3.088)	30,4%	(15.773)	(14.777)	6,7%
Outras receitas/despesas	(13.927)	(20.117)	-30,8%	(50.056)	(81.691)	-38,7%
PCLD/Reversão ou Provisão para riscos	(819)	76.630	8956,6%	(28.870)	75.598	138,2%
Custos & Despesas Administráveis	(73.833)	(22.010)	235,5%	(314.932)	(366.029)	-14,0%
Depreciação e Amortização	(19.279)	(18.889)	2,1%	(75.732)	(76.260)	-0,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(93.112)	(40.899)	127,7%	(390.664)	(442.289)	-11,7%
Custo de Construção (IFRS)	(572)	(1.056)	-45,8%	(856)	(6.806)	-87,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(93.684)	(41.955)	123,3%	(391.520)	(449.095)	-12,8%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção

Os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 391,5 milhões em 2022, uma redução de 12,8% quando comparado ao ano anterior. Os custos de Conservação e Manutenção apresentaram redução de 52,9%, decorrente principalmente dos parâmetros de desempenho do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. As despesas administrativas registraram aumento de 6,7%. Houve uma redução de 38,7% em Outras receitas/despesas referente provisão de contingências trabalhistas. PCLD/Reversão ou provisão de riscos teve um aumento de 138,2% comparado com o ano anterior, isso se deve pela reversão de provisão para riscos realizada em 2021 no montante de R\$ 77 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

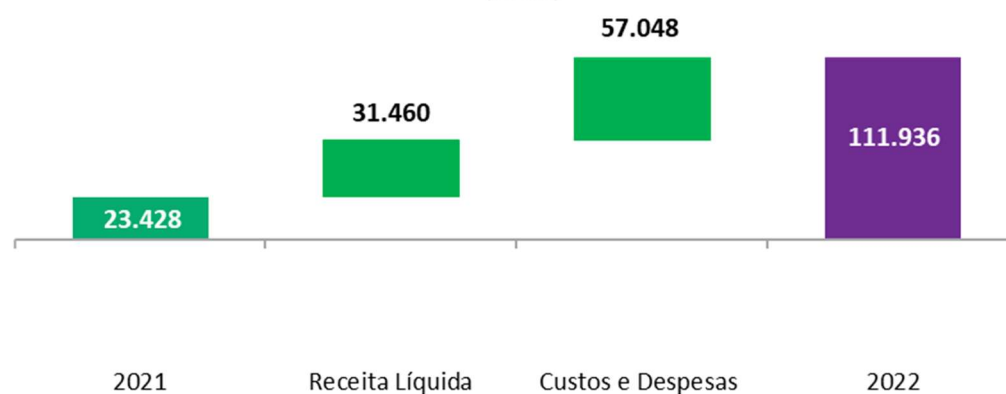
Variação dos Custos e Despesas Administráveis
(R\$ Mil)

EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(27.205)	25.747	-205,7%	(127.766)	(149.323)	-14,4%
Resultado Financeiro Líquido	42.982	32.534	-100,0%	164.151	98.009	67,5%
IRPJ & CSLL	(15)	(380)	-5173,4%	(181)	(1.518)	-88,1%
Depreciação e Amortização	19.279	18.889	2,1%	75.732	76.260	-0,7%
EBITDA ICVM 527	35.041	76.790	-54,4%	111.936	23.428	377,8%
Margem EBITDA	32,0%	76,9%	-44,9 pp	26,2%	5,9%	20,2 pp
Receita de Construção (IFRS)	(856)	(6.806)	-87,4%	(856)	(6.806)	-87,4%
Custo de Construção (IFRS)	856	6.806	-87,4%	856	6.806	-87,4%
EBITDA Ajustado¹	35.041	76.790	-54,4%	111.936	23.428	377,8%
Margem EBITDA Ajustada¹	32,2%	77,7%	-45,6 pp	26,2%	6,0%	20,3 pp

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo e Construção, à Provisão para Manutenção, a reversão de provisão para contingências judiciais e *Impairment*

O EBITDA em 2022 foi de R\$ 111,9 milhões. Esse melhor desempenho é explicado principalmente, pela melhor gestão dos custos e despesas administráveis em 2022.

Variação do EBITDA
(R\$ Mil)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Resultado Financeiro	(42.982)	(32.534)	32,1%	(164.151)	(98.009)	67,5%
Receitas Financeiras	622	(810)	-176,8%	2.546	649	292,3%
Juros sobre aplicações financeiras	508	352	44,3%	1.611	1.019	58,1%
Variação monetária	113	(1.162)	-109,7%	925	(370)	-350,0%
Descontos obtidos	1	-	100,0%	10	-	100,0%
Despesas Financeiras	(43.604)	(31.724)	37,4%	(166.697)	(98.658)	69,0%
Comissões e despesas bancárias	23.042	(8.055)	-386,1%	(578)	(32.210)	-98,2%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(66.323)	(23.149)	186,5%	(163.565)	(65.404)	150,1%
Variação monetária	(293)	(218)	34,4%	(1.202)	(590)	103,7%
Outros	(30)	(302)	-90,1%	(1.352)	(454)	197,8%

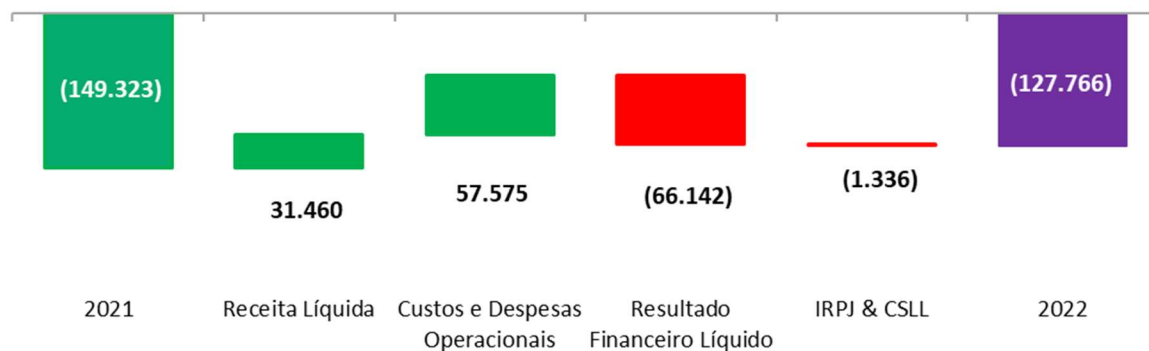
O Resultado Financeiro de 2022 piorou quando comparado a 2021 devido ao aumento dos juros sobre empréstimos e financiamentos, remunerados por CDI + 1% a.a.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(27.205)	25.747	-205,7%	(127.766)	(149.323)	-14,4%

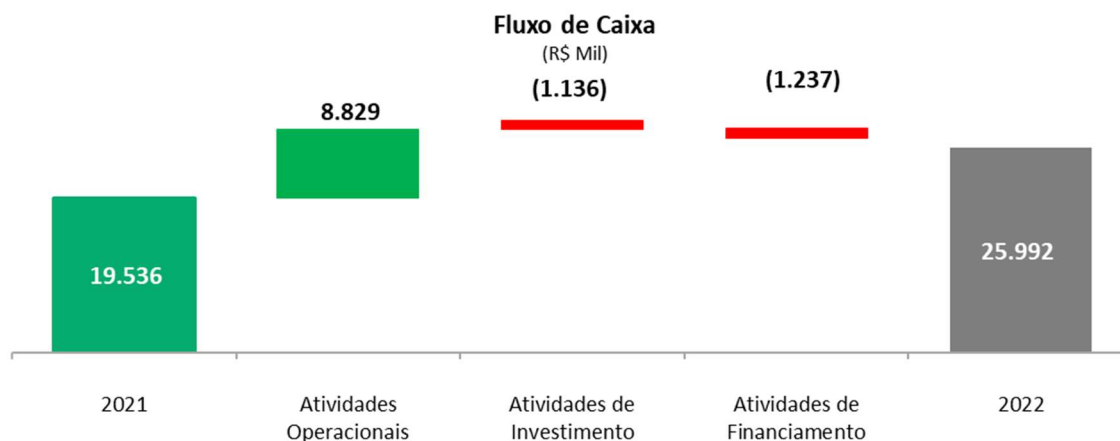
A Via 040 encerrou o ano de 2022 com Prejuízo Líquido de R\$ 127,8 milhões tendo uma melhora de R\$ 21,5 milhões quando comparado à 2021, refletido pela melhora nas receitas e nos custos e despesas operacionais.

Variação do Resultado do Exercício
(R\$ Mil)



Fluxo de Caixa

No ano de 2022, a Via 040 apresentou saldo final de caixa de R\$ 25,9 milhões, um aumento de 32,7% em relação a 2021, explicado pelo melhor desempenho das atividades operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimentos**

Devido à assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 20 de novembro de 2020 e aditado em 18 de fevereiro de 2022, que estabelece as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da via, os projetos de CAPEX foram transferidos para OPEX, tendo diminuído consideravelmente o que é considerado como investimento na Companhia.

Investimentos (R\$ mil)	2022	2021	▲
Investimento Total	1.136	8.057	-85,9%
Imobilizado	825	845	-2,4%
Intangível	311	7.212	-96%
Intangível em construção	311	7.212	-96%

Captações de Recursos

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2022	2021	▲
Dívida Bruta	984.786	945.540	4,2%
Curto Prazo	983.945	943.430	4,3%
Empréstimos e Financiamentos	983.945	943.430	4,3%
Longo Prazo	841	2.110	-60,1%
Empréstimos e Financiamentos	841	2.110	-60,1%
Disponibilidades	25.992	19.536	33,0%
Dívida Líquida	958.794	926.004	3,5%

A Dívida Líquida da Companhia aumentou 3,5% em 2022, atingindo R\$ 958,8 milhões. A Dívida Bruta atingiu o montante de R\$ 984,8 milhões devido a variação da taxa de remuneração dos juros sobre empréstimos que são pagos trimestralmente aos bancos credores. Em 14 de abril de 2022, o contrato de empréstimo junto aos Bancos detentores da dívida foi aditado com previsão de vencimento até outubro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerações Finais

Estratégia

O posicionamento estratégico da Via 040 segue direcionado para a gestão do trecho da BR-040 sob sua concessão, mantendo a operação da rodovia de forma a garantir a segurança e atendimento 24 horas aos seus usuários com a disponibilização dos serviços de socorro médico e mecânico, além da realização de serviços de conservação, sinalização, manutenção do pavimento e inspeção, até que o processo de relicitação seja concluído.

Eventos Subsequentes

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Audidores

A Via040 utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2022, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Nova Lima, 23 de março de 2023

Marcus Vinicius Figur da Rosa

Diretor de Relações com Investidores

Diretor de Relações com Investidores

Marcus Vinicius Figur da Rosa



ri@via040.invepar.com.br



+55 21 2211 1300

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Concessionária em Números

Dado	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2022													
Quilômetros de rodovia	Quilômetros	936,8													
Número de veículos que transitaram	Quantidade de por eixos simples e duplos	0,5 eixo simples 612.000	2 eixos simples 21.300.848	3 eixos simples 207.542	4 eixos simples 24.236	2 eixos duplos 2.865.045	3 eixos duplos 2.208.233	4 eixos duplos 2.287.810	5 eixos duplos 1.359.442	6 eixos duplos 2.884.086	7 eixos duplos 724.257	8 eixos duplos 16.592	9+ eixos duplos 735.830	Total 35.225.921	
Número de praças de pedágio	Quantidade	11													
Tarifa	R\$. Por tipo de veículos.	1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos		
	Até 18/12/2022	5,80	2,90	8,70	11,60	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20		
	De 19/12/2022 em diante	6,30	3,15	9,45	12,60	12,60	18,90	25,20	31,50	37,80	44,10	50,40	56,70		
Número de quilômetros mantidos	Quilômetros	936,8													
Índice de congestionamento	-	Não mensurado.													
Trânsito Médio Diário Equivalente	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22		
		6.137.565	5.639.930	6.460.262	6.302.111	6.630.433	6.449.831	7.018.754	6.904.923	6.858.318	6.839.696	6.280.588	6.657.932		
Trânsito Diário Anual Equivalente	Média Anual	214.1 VEP/dia													
Equipes utilizadas pelo concessionário	Pessoal, veiculos e máquinas	Total de Pessoal Operacional - 208													
		Total de Pessoal Pesagem - 3													
		Total de Pessoal de Pedágio - 285													
		Total de Pessoal - 495													
Índices de qualidade de estrada	-	Não mensurado.													
Receita de pedágio	Em R\$ mil	455.040													
Custos associados às receitas de pedágio	Em R\$ mil	335.708													
Fator Trabalho	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2022													
Número de Trabalhadores	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Ger. Oper.	Coord. Oper.	Super. Oper.	Assist. Adm. E Aux. Oper.	Sup. CCO	Op. CCO	Op. Atend.	Sup. Pesag.	Op. Pesag.	Lider Praça	Motorista	Op. Ped.	Total	
		1	4	3	3	2	18	176	0	3	44	21	220	495	
Despesas de Pessoal	R\$ mil. Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Operações: 52.414.919,27				Administrativo: 2.582.347,23				Diretoria: 1.298.162,22				Temporário:	
Fator Capital	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2022													
Despesas de Depreciação /Amortização	R\$ mil. Depreciação é o Linear. Para a Amortização considera-se o prazo de concessão da rodovia.	75.732													
Ativo Líquido	R\$ mil. Ativo Total menos Passivo Total	-302.714													
Ativo Bruto	R\$ mil. Passivo Total	925.640													
Série Histórica dos Investimentos	R\$ mil	2018		2019		2020		2021		2022					
		88.695		113.596		118.346		7.212		311					
Custos de Oportunidade do Capital	R\$ mil	Não informado.													

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fatores Intermediários	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2022		
Despesas em Administração	R\$ mil. Não inclui despesas trabalhistas administrativas	14.272			
Despesas em Manutenção e Conservação	R\$ mil	112.240			
Outras Receitas Operacionais	R\$ mil	2.832			
Seguridade	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2022		
Quantidade de Acidentes	Quantidade. Sem feridos, com feridos e com mortos.	Sem feridos	Com feridos	Com mortos	
		2.559	1.706	119	
Indicadores	Unidade de Medida ou comentário		Dados Anuais - 2022		
Receita por veículo	R\$. Receita Operacional Bruta Total dividida pela quantidade total de veículos. R\$ mil	5,820			
Custo por veículo	R\$. Custos e Despesas Total Total dividida pela quantidade total de veículos.	4,294			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanço Social

1 - Base de cálculo	2022 - valor			2021 - valor		
Faturamento bruto (FB)	465.132			424.274		
Receita Líquida (RL)	426.868			389.458		
Resultado operacional (RO)	36.154			-52.832		
Folha de pagamento bruta (FPB)	23.255			23.990		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	23.255			23.990		
2 - Indicadores sociais internos	Valores 2022 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.395	0,9%	1,0%	3.618	0,8%	0,8%
Encargos sociais	16.962	3,6%	4,0%	10.429	2,2%	2,4%
Previdência privada	205.200	44,1%	48,1%	177	0,0%	0,0%
Saúde	4.559	1,0%	1,1%	4.092	0,9%	1,0%
Segurança e Saúde no trabalho		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	109.000	23,4%	25,5%	234	0,1%	0,1%
Creches ou auxílio creche	57.800	12,43%	13,5%	147	0,03%	0,0%
Participações nos lucros ou resultados	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	397.916	85,5%	93,2%	18.697	4,0%	4,4%
3 - Indicadores sociais externos	Valores 2022 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Esporte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total de contribuição à sociedade	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	21.514	4,6%	5,0%	19.929	4,3%	4,7%
Total - Indicadores sociais externos	21.514	4,6%	5,0%	19.929	4,3%	4,7%
4 - Indicadores ambientais	Valores 2022 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	0	0,0%	0,0%	233	0,1%	0,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	1.416	0,3%	0,3%	1.015	0,2%	0,2%
Total de investimentos em meio ambiente	1.416	0,3%	0,3%	1.015	0,2%	0,2%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

(x) Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 70%
 () Cumpre de 75 a 100 %

(X) Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 70%
 () Cumpre de 75 a 100 %

5 - Indicadores do corpo funcional	2022	2021
Nº de colaboradores ao final do período e tempo de serviço	745	791
Até seis meses	15,84%	14,92%
De seis meses a um ano	10,07%	9,48%
Entre um e dois anos	16,51%	15,55%
Entre dois e cinco anos	27,92%	26,30%
mais de cinco anos	35,84%	33,75%
Nº de admissões durante período	214	193
Nº de demissões durante período	243	229
Nº de colaboradores terceirizados	1000	1154
Nº de estagiários (as)	9	8
Nº de colaboradores com até 18 anos		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	84	110
Nº de colaboradores entre 25 anos e 45 anos	544	599
Nº de colaboradores acima de 45 anos	117	82
Nº de mulheres que trabalham na Concessionárias	304	308
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	15,38%	12,90%
Remuneração paga para as mulheres no período	R\$ 529.605,22	R\$ 563.731,17
% de negros (as) que trabalham na Concessionária	8,19%	9,23%
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,00%	0,00%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	28	29
Total de horas extras trabalhadas	17.776	19.219 horas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5 - Indicadores do corpo funcional - Em R\$ mil	Valores 2022 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2021 em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Total de horas extras pagas	1.362	0,3%	0,3%	738	0,2%	0,2%
Total de INSS pago	8.228	1,8%	1,9%	7.982	1,7%	1,9%
Total de FGTS pago	2.934	0,6%	0,7%	2.447	0,5%	0,6%
Total de Contribuição Sindical paga	12.000	2,6%	2,8%	0	0,0%	0,0%
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total do ICMS recolhido no período	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total do IR recolhido no período	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total de CSLL recolhido no período	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total de PIS recolhido no período	3.054	0,7%	0,7%	2.499	0,5%	0,6%
Total de COFINS recolhido no período	14.122	3,0%	3,3%	11.553	2,5%	2,7%
Total de outros tributos recolhidos no período	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022	2021				
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1700,95%			1856,00%		
Número total de acidentes de trabalho	8			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção			() direção		
	(X) direção e gerencias			(X) direção e gerencias		
	() todos os colaboradores			() todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerencias			(X) direção e gerencias		
	() todos os colaboradores			() todos os colaboradores		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) todos + CIPA			(X) todos + CIPA		
	() não se envolve			() não se envolve		
	() segue as normas OIT			() segue as normas OIT		
	() incentiva as normas da OIT			() incentiva as normas da OIT		
	() todos os colaboradores			() todos os colaboradores		
A previdência privada contempla:	() direção			() direção		
	() direção e gerencias			() direção e gerencias		
	(X) todos os colaboradores			(X) todos os colaboradores		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção			() direção		
	() direção e gerencias			() direção e gerencias		
	(X) todos os colaboradores			(X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados			() não são considerados		
	() são sugeridos			() são sugeridos		
	(X) são exigidos			(X) são exigidos		
	() não se envolve			() não se envolve		
	() todos os colaboradores			() todos os colaboradores		
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) apoia			(X) apoia		
	() organiza e incentiva			() organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas:	100% na concessionária			100% na concessionária		
	100% no PROCON			100% no PROCON		
	55% na Justiça			55% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir Distribuição do Valor Adicionado	2022	2021				
Governo	41%			94%		
Acionistas	-82%			-248%		
Colaboradores	31%			81%		
Terceiros	110%			172%		
Retido	-49%			-127%		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	4T22	4T21	▲	2022	2021	▲
Receita Bruta	119.272	108.730	9,7%	465.988	431.080	8,1%
Receitas com Pedágio	116.171	105.161	10,5%	455.040	414.915	9,7%
Receitas Acessória	2.529	2.513	0,6%	10.092	9.359	7,8%
Receita de Construção (IFRS)	572	1.056	-45,8%	856	6.806	-87,4%
Deduções da Receita Bruta	(9.826)	(8.874)	10,7%	(38.264)	(34.816)	9,9%
Receita Líquida	109.446	99.856	9,6%	427.724	396.264	7,9%
Custos & Despesas	(93.684)	(41.955)	123,3%	(391.520)	(449.095)	-12,8%
Pessoal e encargos	(15.515)	(17.990)	-13,8%	(56.973)	(57.061)	-0,2%
Conservação & Manutenção	(28.066)	(41.655)	-32,6%	(112.240)	(238.317)	-52,9%
Operacionais	(11.478)	(15.790)	-27,3%	(51.020)	(49.781)	2,5%
Despesas administrativas	(4.028)	(3.088)	30,4%	(15.773)	(14.777)	6,7%
Outras receitas/despesas	(13.927)	(20.117)	-30,8%	(50.056)	(81.691)	-38,7%
PCLD/Reversão ou Provisão para riscos	(819)	76.630	-101,1%	(28.870)	75.598	-138,2%
Depreciação e amortização	(19.279)	(18.889)	2,1%	(75.732)	(76.260)	-0,7%
Custo de Construção	(572)	(1.056)	-45,8%	(856)	(6.806)	-87,4%
RESULTADO OPERACIONAL	15.762	57.901	-72,8%	36.204	(52.831)	-168,5%
Resultado Financeiro	(42.982)	(32.534)	32,1%	(164.151)	(98.009)	67,5%
Receitas Financeiras	622	(810)	-176,8%	2.546	649	292,3%
Juros sobre Aplicações Financeiras	508	352	44,3%	1.611	1.019	58,1%
Variação monetária	113	(1.162)	-109,7%	925	(370)	-350,0%
Descontos obtidos	1	-	100,0%	10	-	100,0%
Despesas Financeiras	(43.604)	(31.724)	37,4%	(166.697)	(98.658)	69,0%
Comissões e despesas bancárias	23.042	(8.055)	-386,1%	(578)	(32.210)	-98,2%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(66.323)	(23.149)	186,5%	(163.565)	(65.404)	150,1%
Variação monetária	(293)	(218)	34,4%	(1.202)	(590)	103,7%
Contrato de serviço de outorga de garantia	(30)	(302)	0,0%	(1.352)	(454)	0,0%
Outros	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	(27.220)	25.367	-207,3%	(127.947)	(150.840)	-15,2%
IR & CSL	15	380	-96,1%	181	1.518	-88,1%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(27.205)	25.747	-205,7%	(127.766)	(149.323)	-14,4%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

Ativo (R\$ Mil)	2022	2021	Passivo (R\$ Mil)	2022	2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	25.992	19.536	Fornecedores	35.361	55.553
Contas a receber	33.169	25.234	Empréstimos e financiamentos	983.945	943.430
Estoques	5.632	6.112	Obrigações com empregados e administradores	11.839	12.977
Tributos a recuperar	3.743	3.376	Tributos a recolher	5.235	5.846
Adiantamento de obrigações trabalhistas	1.418	2.489	Adiantamentos de clientes	-	-
Outros	5.447	4.282	Provisão ambiental	993	993
Total Ativo Circulante	75.401	61.029	Outras contas a pagar	8.308	8.359
Ativo Não Circulante			Total do Passivo Circulante	1.045.681	1.027.158
Tributos a recuperar	790	2.078	Passivo Não Circulante		
Depósitos judiciais	7.445	6.541	Fornecedores	-	-
Imobilizado	6.408	10.736	Empréstimos e financiamentos	841	2.110
Intangível	835.649	907.444	Partes relacionadas	66.544	48.437
Total Ativo Não Circulante	850.292	926.799	Impostos diferidos passivos	35.887	36.068
TOTAL DO ATIVO	925.693	987.828	Provisão para riscos processuais	78.805	47.437
			Provisão ambiental	596	1.513
			Total do Passivo Não Circulante	182.673	135.565
			TOTAL DO PASSIVO	1.228.354	1.162.723
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	1.104.899	1.029.899
			Prejuízos acumulados	(1.407.560)	(1.279.794)
			Total do Patrimônio Líquido	(302.661)	(249.895)
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	75.000
			Total do Patrimônio Líquido e AFAC	(302.661)	(174.895)
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	925.693	987.828

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Notas Explicativas

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às informações contábeis	
1 Informações gerais	15
2 Principais políticas contábeis	16
3 Caixa e equivalentes de caixa	25
4 Contas a receber	25
5 Impostos, taxas e contribuições	26
6 Partes relacionadas	27
7 Imobilizado	29
8 Intangível	31
9 Fornecedores	33
10 Empréstimos e financiamentos	34
11 Provisão para riscos processuais	36
12 Patrimônio líquido	39
13 Receitas por natureza	39
14 Custos e despesas por natureza	40
15 Resultado financeiro	40
16 Resultado por ação	40
17 Seguros (Não auditado)	41
18 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	42
19 Transações não caixa	44
20 Obrigações com administradores e empregados	45
21 Compromissos e responsabilidades	45
22 Provisão ambiental	45
23 Contrato de construção	45
24 Eventos subsequentes	46

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária BR 040 – S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária BR 040 – S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR 040 – S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que indicam que a Companhia (i) incorreu em prejuízo de R\$ 127.766.000 (ii) apresentou passivo a descoberto de R\$ 302.661.000 e (iii) conforme balanço patrimonial naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 970.280.000. Chamamos a atenção para o assunto mencionado na nota explicativa nº 1, em que a Companhia descreve que em 20 de novembro de 2020 foi assinado termo aditivo ao processo de relicitação que estabelece, dentre outras matérias, suspensão temporárias das obrigações de investimentos originais ao contrato de concessão, condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoramento a serem mantidos pela Companhia até a conclusão do processo de relicitação. Dessa forma, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 13).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x nº de passageiros pagantes).; e
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Intangível de concessão

Conforme descrito na nota 8, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e

- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.
- (iii) a avaliação de *impairment* envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) Realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão e efetuamos. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de *impairment*. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e
- (vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**
Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.992	19.536
Contas a receber	4	33.169	25.234
Estoques		5.632	6.112
Tributos a recuperar	5.a	3.743	3.376
Adiantamentos		1.418	2.489
Seguros a apropriar	17	5.447	4.282
Total do ativo circulante		<u>75.401</u>	<u>61.029</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	4	790	-
Tributos a recuperar	5.a	-	2.078
Depósitos judiciais		7.445	6.541
Total do realizável a longo prazo		<u>8.235</u>	<u>8.619</u>
Imobilizado	7	6.408	10.736
Intangível	8	835.649	907.444
Total do ativo não circulante		<u>850.292</u>	<u>926.799</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>925.693</u>	<u>987.828</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.****Balço patrimonial****Em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)****(continuação)**

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	35.361	55.553
Empréstimos e financiamentos	10	983.945	943.430
Impostos a recolher	5.c	5.235	5.846
Obrigações com empregados e administradores	20	11.839	12.977
Provisão para riscos ambientais	22	993	993
Outros passivos		8.308	8.359
Total do passivo circulante		1.045.681	1.027.158
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	841	2.110
Impostos diferidos passivos	5.b	35.887	36.068
Provisão para riscos processuais	11	78.805	47.437
Provisão para riscos ambientais	22	596	1.513
Partes relacionadas	6	66.544	48.437
Total do passivo não circulante		182.673	135.565
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	12.a	1.104.899	1.029.899
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	75.000
Prejuízos acumulados		(1.407.560)	(1.279.794)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(302.661)	(174.895)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		925.693	987.828

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.**Notas Explicativas****Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ações)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	13	426.868	389.458
Receita de construção		856	6.806
Custo dos serviços prestados	14	(335.658)	(506.177)
Custo de construção		(856)	(6.806)
Lucro Bruto		<u>91.210</u>	<u>(116.719)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(30.134)	(28.292)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	(24.872)	92.180
Resultado operacional		<u>36.204</u>	<u>(52.831)</u>
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	15	2.546	649
Despesas financeiras	15	(166.697)	(98.658)
Resultado financeiro		<u>(164.151)</u>	<u>(98.009)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(127.947)</u>	<u>(150.840)</u>
Imposto de renda e contribuição social	5.d	<u>181</u>	<u>1.518</u>
Diferido		181	1.518
Prejuízo líquido do exercício		<u>(127.766)</u>	<u>(149.323)</u>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) (R\$)	16	<u>(0,072)</u>	<u>(0,090)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.****Demonstração do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****(Em milhares de reais)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(127.766)</u>	<u>(149.323)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(127.766)</u></u>	<u><u>(149.323)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária BR-040 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro de aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.013.899	(1.130.471)	(116.572)	-	(116.572)
Aumento de capital	16.000	-	16.000		16.000
Adiantamento para futuro aumento de capital social				75.000	75.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(149.323)	(149.323)	-	(149.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.029.899	(1.279.794)	(249.895)	75.000	(174.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.029.899	(1.279.794)	(249.895)	75.000	(174.895)
Aumento de capital	75.000		75.000	(75.000)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(127.766)	(127.766)	-	(127.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.104.899	(1.407.560)	(302.661)	-	(302.661)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.****Demonstração dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes dos impostos		(127.947)	(150.840)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	7 e 8	75.732	76.260
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	1.527	67
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		(1.712)	1.510
Provisões diversas		(917)	371
Provisão para riscos processuais		30.582	(76.518)
Variações monetárias e encargos, líquidos		146.778	78.657
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(7.013)	(2.941)
Estoques		480	(1.151)
Impostos a recuperar		1.711	(322)
Depósitos judiciais		(1.438)	(1.699)
Adiantamentos		1.071	(1.697)
Outros créditos		(1.165)	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(20.192)	7.873
Obrigações com empregados e administradores		(1.138)	6.502
Impostos a recolher		(611)	1.820
Partes relacionadas		18.107	16.594
Adiantamentos clientes		-	1
Outras obrigações e contas a pagar		(51)	8.336
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(104.975)	(36.863)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		8.829	(74.040)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(825)	(845)
Aquisição de intangível		(311)	(7.212)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.136)	(8.057)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Custo de captação	10	-	-
Aumento de capital social		-	16.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(1.237)	(1.343)
Adiantamento para futuro aumento capital		-	75.000
Caixa líquido (gerado) aplicado nas atividades de financiamento		(1.237)	89.657
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		6.456	7.560
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	19.536	11.976
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	25.992	19.536
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		6.456	7.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.****Demonstração do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		468.644	431.816
Receita operacional	13	465.132	424.274
Receita de construção	13	856	6.806
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa	4	1.712	(1.510)
Outras receitas		944	2.246
Insumos adquiridos de terceiros		(240.222)	(295.971)
Custo de construção	14	(856)	(6.806)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(234.572)	(288.479)
Perda/recuperação de valores ativos		(3.500)	(411)
Outros custos		(1.294)	(275)
Valor adicionado bruto		228.422	135.845
Retenções		(75.732)	(76.260)
Depreciação e amortização	7 e 8	(75.732)	(76.260)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		152.690	59.585
Valor adicionado recebido em transferência		2.546	649
Receitas financeiras	15	2.546	649
Total do valor adicionado a distribuir		155.236	60.234
Distribuição do valor adicionado		155.236	60.234
Pessoal e encargos		48.488	48.787
Remuneração direta		34.095	36.483
Benefícios		11.460	9.855
FGTS		2.933	2.449
Impostos, taxas e contribuições		63.344	56.907
Federais		41.766	37.452
Estaduais		16	59
Municipais		21.562	19.396
Remuneração capital de terceiros		171.170	103.863
Juros		147.183	48.458
Variação cambial		1.202	590
Aluguéis		4.726	5.311
Outros		18.059	49.504
Remuneração de capital próprio		(127.766)	(149.323)
Prejuízo no exercício		(127.766)	(149.323)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040" ou "Concessionária" ou "Companhia"), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente.

O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 970.280 (R\$ 966.129 em 31 de dezembro de 2021).

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto aos órgãos Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil ("MTPA"), e Programa de Investimentos em Logística ("PIL") - o pedido de adesão ao processo de relicitação, regulamentado na Lei nº 13.448/17 e termos da Lei nº 13.334/16, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040, ambos em 08 de setembro de 2017.

Em 18 de fevereiro de 2020 o empreendimento da Via040 foi qualificado para fins de relicitação no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) através do Decreto Presidencial nº 10.248.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – (PPI).

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo.

A Administração da Companhia, em sua melhor avaliação, acredita que a relicitação ainda é viável portanto, mantém a premissa de receber, após a homologação da relicitação, uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei nº 13.448/17, Lei nº 8.987/95 (Lei das Concessões), o Contrato de Concessão e a Resolução nº 5.860 de 03 de dezembro de 2019 que estabelece a metodologia do cálculo do valor indenizatório.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Diante do disposto no Capítulo VI da Resolução nº 5.860 o cálculo do valor indenizatório será certificado por empresa de verificação independente a ser contratada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) atendendo o disposto na Resolução, normas contábeis e de auditoria brasileiras.

Conforme art. 15 da referida Resolução, sendo definido o valor indenizável dos bens reversíveis, para fins de pagamento da indenização, serão deduzidos ainda eventuais desequilíbrios econômico-financeiros existentes e demais disposições contratuais e legais, conforme a modalidade de extinção contratual incidente.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já efetuou a contratação de verificador independente, conforme previsto na Resolução nº 5.860, e a Concessionária já disponibilizou subsídios para andamento do processo de cálculo do valor indenizatório. A ANTT contratou a KPMG para realizar a estimativa da indenização com base nas informações da Companhia. A expectativa é que o valor preliminar da indenização seja definido ainda no 1º semestre de 2023.

A Companhia se reestruturou nos custos administrativos e em relação aos custos de conservação e manutenção. Tais custos foram impactados pela negociação de parâmetros de desempenho decorrentes da assinatura do 3º Termo aditivo do Contrato de Concessão. Além disso, se necessário, a VIA040 poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de modo a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo.

O prazo limite, segundo a Lei nº 13.448/17, para que ocorra a relicitação é de 48 meses a contar da data de qualificação do empreendimento para fins de relicitação. No caso da Via040, a qualificação ocorreu em 18 de fevereiro de 2020 através do Decreto Presidencial nº 10.248. Dessa forma, a data limite para o processo de relicitação é 18 de fevereiro de 2024. Contudo, na hipótese de não haver interessados para o processo de relicitação, conforme prazo estabelecido no 3º Termo Aditivo do Contrato de Concessão, a Concessionária deverá dar continuidade à prestação de serviço público a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais, conforme art.20 da Lei nº 13.448/17. Em função disso, a Administração entende que o mais adequado é o pressuposto da continuidade operacional da Companhia.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis 24 de março de 2023.

2 Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica ("OCPC") 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com o apoio de diversas bases de avaliação que foram utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Equivalentes de caixa.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$) de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nestas notas explicativas.

2.2 Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.3 Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza as operações provenientes do Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente original do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de maneira confiável:

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza as receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

(c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, exceto aqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos seus recebíveis.

2.7 Estoques

Os estoques são registrados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens à sua localização e condição de uso.

2.8 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 (R1) (IFRIC12) e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens dos ativos intangíveis, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda ao seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor contábil.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.11 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída perda por deterioração ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas acessória	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM nº 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.17 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto os períodos futuros.

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos quatro anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme Nota 1, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.19 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.20 Alterações em Normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotadas

Uma série de alterações em normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- (a) Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro 2023;
- (b) Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2 – 1º de Janeiro 2023;
- (c) Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro 2023;
- (d) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) 1º de Janeiro 2023;
- (e) Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) 1º de Janeiro 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.447	2.453
Aplicações financeiras		
Certificado de Depósito Bancário - CDB (a)	23.492	17.083
Fundo Mover (a)	53	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	25.992	19.536

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm alta liquidez e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro 2022, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 100,23% do CDI (97,44% em 31 de dezembro de 2021).

4 Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Valores a receber de pedágios	30.857	24.276
Receitas acessórias	2.540	2.898
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(228)	(1.940)
Total ativo circulante	33.169	25.234
Ativo não circulante		
Receitas acessórias	790	-
Total ativo não circulante	790	-
Total	33.959	25.234

* Os saldos de receitas acessórias apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme contrato de concessão e autorizado pela ANTT.

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos				
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2022	33.959	(228)	33.920	155	15	24	27	46
31 de dezembro de 2021	25.234	(1.940)	25.841	602	66	101	-	564

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 3.500 como perda definitiva (R\$ 411 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui saldo de perdas esperadas para créditos no montante de R\$ 228 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.940 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação do saldo de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(1.940)	(429)
Adições	(28.421)	(13.568)
Reversões	30.133	12.057
Saldo no fim do exercício	(228)	(1.940)

5 Impostos, taxas e contribuições**(a) Tributos a recuperar**

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS (a)	2.504	2.264
ISS a compensar	798	760
Antecipação de IRPJ e CSLL (b)	299	171
INSS a recuperar	135	135
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	-	39
Outros	7	7
Total circulante	3.743	3.376
INSS a recuperar (c)	-	2.078
Total não circulante	-	2.078

(a) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS sobre receitas acessórias.

(b) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(c) Créditos decorrentes de pagamentos a maior na Previdência de agosto a outubro de 2018. Os créditos foram compensados no exercício de 2022.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Passivo diferido		
Juros capitalizados	(31.827)	(33.016)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(2.809)	(1.742)
Margem de construção RTT	(1.251)	(1.310)
Total do passivo fiscal diferido	(35.887)	(36.068)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$ 523.506 (R\$ 480.328 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Impostos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
ISS	2.286	3.303
PIS e COFINS	1.505	1.383
INSS sobre terceiros	728	642
IRRF e CSRF	716	518
Circulante	5.235	5.846

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(127.947)	(150.840)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	43.502	51.286
Adições permanentes	(161)	(182)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(43.160)	(49.586)
Total dos impostos no resultado	181	1.518
Imposto de renda e contribuição social diferidos	181	1.518
Total dos impostos no resultado	181	1.518

6 Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou pessoal-chave da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

			31/12/2022	
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo	Resultado
			Não circulante	Receita/Despesa
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	8.829	-
INVEPAR	Juros sobre AVAL (b)	Controladora	57.715	(18.107)
Total			66.544	(18.107)

			31/12/2021	
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo	Resultado
			Não circulante	Receita/Despesa
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	8.829	788
INVEPAR	Juros sobre AVAL (b)	Controladora	39.608	(17.837)
Total			48.437	(17.049)

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Outorga de garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a INVEPAR em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia. O contrato desse aval é realizado com taxa de juros de 2% sobre a dívida.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.223 para o exercício de 2022.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência complementar, assistência médica, e totalizaram R\$ 1.538 no período findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	721	540
Bônus Variáveis	401	114
Encargos	224	131
Outros benefícios	192	167
Total	1.538	952

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências*	31/12/2022
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	14.527	276	(3.688)	570	11.685
Instalações	10	11	-	(6)	-	5
Móveis e utensílios	10	5.730	-	(1.101)	31	4.660
Veículos	20	15.197	-	(748)	-	14.449
Equipamentos de informática	20	14.771	4	(3.745)	-	11.030
Imobilizado em andamento		2.585	545	-	(2.585)	545
		52.821	825	(9.288)	(1.984)	42.374
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(10.859)	(1.227)	3.421	-	(8.665)
Instalações		(7)	(1)	5	-	(3)
Móveis e utensílios		(3.020)	(564)	582	-	(3.002)
Veículos		(14.569)	(220)	737	-	(14.052)
Equipamentos de informática		(13.630)	(313)	3.699	-	(10.244)
		(42.085)	(2.325)	8.444	-	(35.966)
		10.736	(1.500)	(844)	(1.984)	6.408

(*) Em 31 de dezembro de 2022, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

		Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Custo						
Máquinas e equipamentos	10		14.379	151	(3)	14.527
Instalações	10		11	-	-	11
Móveis e utensílios	10		5.615	276	(161)	5.730
Veículos	20		18.355	-	(3.158)	15.197
Equipamentos de informática	20		14.357	418	(4)	14.771
Imobilizado em andamento			2.585	-	-	2.585
			55.302	845	(3.326)	52.821
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos			(9.415)	(1.445)	2	(10.859)
Instalações			(6)	(1)	-	(7)
Móveis e utensílios			(2.558)	(556)	94	(3.020)
Veículos			(17.504)	(223)	3.159	(14.569)
Equipamentos de informática			(12.855)	(780)	4	(13.630)
			(42.338)	(3.006)	3.259	(42.085)
			12.964	(2.161)	(67)	10.736

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8 Intangível

		<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências*</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo						
Software		8.509	-	-	-	8.509
Investimento para concessão	(a)	1.236.054	-	(271)	6.745	1.242.528
Andamento		671	-	(477)	(194)	-
Intangível em construção		6.522	311	-	(4.567)	2.266
		<u>1.251.756</u>	<u>311</u>	<u>(748)</u>	<u>1.984</u>	<u>1.253.303</u>
Amortização						
Software		(8.509)	-	-	-	(8.509)
Investimento para concessão		(335.803)	(73.407)	65	-	(409.145)
		<u>(344.312)</u>	<u>(73.407)</u>	<u>65</u>	<u>-</u>	<u>(417.654)</u>
Intangível líquido		<u>907.444</u>	<u>(73.096)</u>	<u>(683)</u>	<u>1.984</u>	<u>835.649</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo da concessão.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

		<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo					
Software		8.509	-	-	8.509
Investimento para concessão	(a)	1.228.917	1.397	5.740	1.236.054
Andamento		671	-	-	671
Intangível em construção		6.446	5.816	(5.740)	6.522
		1.244.543	7.213	-	1.251.756
Amortização					
Software		(8.058)	(451)	-	(8.509)
Investimento para concessão		(262.997)	(72.806)	-	(335.803)
		(271.055)	(73.257)	-	(344.312)
Intangível líquido		973.488	(66.044)	-	907.444

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo da concessão.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

A Administração da Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a base tributável até o fim da Concessão, além da sua capacidade de realização do seus diferidos.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em agosto de 2023; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente à adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangíveis não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas, conforme nota explicativa nº1; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* – WACC) para descontar o fluxo operacional da Concessionária até a devolução; e (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos cedidos em garantia.

9 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	33.965	54.269
Verba de fiscalização (ANTT)	1.396	1.263
Fornecedores internacionais	-	21
Circulante	35.361	55.553

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Empréstimos e financiamentos

Tipo / Credor	Moeda	Indexador	Encargos	Garantia	31/12/2022			31/12/2021		
					Total circulante	não circulante	TOTAL	Total circulante	não circulante	TOTAL
ITAÚ	Real	CDI	1% a.a.	(a)	254.422	-	254.422	243.906	-	243.906
BANCO DO BRASIL	Real	CDI	1% a.a.	(a)	254.422	-	254.422	243.906	-	243.906
BRADESCO	Real	CDI	1% a.a.	(a)	254.292	-	254.292	243.906	-	243.906
BDMG	Real	CDI	1% a.a.	(a)	219.567	-	219.567	210.498	-	210.498
BNDES - FINAME	Real	-	6% a.a.	(a)	1.242	841	2.083	1.214	2.110	3.324
					983.945	841	984.786	943.430	2.110	945.540

(*) Em 14 de abril de 2022, o contrato de empréstimo junto aos Bancos detentores da dívida foi aditado prevendo o vencimento para outubro de 2023.

	31/12/2021	Pagamento		Provisão juros (ii)	Transferência	31/12/2022
		Principal	Juros (i)			
ITAÚ	243.906	-	(27.096)	33.555	4.057	254.422
BANCO DO BRASIL	243.906	-	(27.097)	33.556	4.057	254.422
BRADESCO	243.906	-	(27.227)	33.556	4.057	254.292
BDMG	210.498	-	(23.394)	28.961	3.502	219.567
BNDES - FINAME	1.214	(1.237)	(161)	157	1.269	1.242
Passivo circulante	943.430	(1.237)	(104.975)	129.785	16.942	983.945
ITAÚ	-	-	-	4.057	(4.057)	-
BANCO DO BRASIL	-	-	-	4.057	(4.057)	-
BRADESCO	-	-	-	4.057	(4.057)	-
BDMG	-	-	-	3.502	(3.502)	-
BNDES - FINAME	2.110	-	-	-	(1.269)	841
Passivo não circulante	2.110	-	-	15.673	(16.942)	841
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	945.540	(1.237)	(104.975)	145.458	-	984.786

- (i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades operacionais.
- (ii) Será devido pela Afiançada e pela Interveniente Garantidora aos Fiadores, na data de pagamento da indenização ou na data de vencimento da dívida confessada, o que ocorrer primeiro, o pagamento de um prêmio no valor de R\$ 31.093.

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2020	Pagamento		Provisão juros (ii)	Transferência	31/12/2021
		Principal	Juros (i)			
ITAÚ	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BANCO DO BRASIL	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BRADESCO	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BDMG	1.226	-	(8.183)	10.563	206.892	210.498
BNDES - FINAME	1.278	(1.343)	(234)	231	1.282	1.214
Passivo circulante	6.692	(1.343)	(36.863)	47.565	927.379	943.430
ITAÚ	231.686	-	-	8.049	(239.735)	-
BANCO DO BRASIL	231.686	-	-	8.049	(239.735)	-
BRADESCO	231.686	-	-	8.049	(239.735)	-
BDMG	199.946	-	-	6.946	(206.892)	-
BNDES - FINAME	3.392	-	-	-	(1.282)	2.110
Passivo não circulante	898.396	-	-	31.093	(927.379)	2.110
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	905.088	(1.343)	(36.863)	78.658	-	945.540

- (i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades operacionais.
- (ii) Será devido pela Afiançada e pela Interviente Garantidora aos Fiadores, na data de pagamento da indenização ou na data de vencimento da dívida confessada, o que ocorrer primeiro, o pagamento de um prêmio no valor de R\$ 31.093.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

BNDES - Finame

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto à não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento incorre na incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato	Vencimento
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/2024
			12.026	

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento na Companhia estão atrelados ao da controladora Invepar, visto que possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento entre a Controladora e as suas controladas, possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia e na controladora Invepar possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

11 Provisão para riscos processuais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022 é ré em processos de natureza cível e trabalhista sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta Nota explicativa.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Segue movimentação das provisões para contingências prováveis:

Natureza do risco	31/12/2021	Reversões/		Atualização monetária	31/12/2022
		Constituição	pagamentos		
Trabalhistas (a)	3.160	2.276	(1.477)	487	4.446
Cíveis (b)	2.337	2.882	(807)	298	4.710
Tributários	-	3	-	1	4
Regulatório (c)	41.940	27.705	-	-	69.645
Total	47.437	32.866	(2.284)	786	78.805

Natureza do risco	31/12/2020	Reversões/		Atualização monetária	31/12/2021
		Constituição	pagamentos		
Trabalhistas (a)	2.471	1.592	(1.168)	265	3.160
Cíveis (b)	1.612	1.070	(679)	334	2.337
Regulatório (c)	119.872	-	(77.932)	-	41.940
Total	123.955	2.662	(79.779)	599	47.437

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos representam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

(b) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conservação ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados

(c) Riscos regulatórios

A Companhia é parte em processos administrativos relacionados a questões regulatórias advindos do curso normal de suas operações. Esses processos iniciaram a partir de 2016 e encontram-se em andamento no âmbito administrativo, no qual a Companhia já apresentou as defesas e recursos.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Segue demonstrativo dos riscos possíveis:

Natureza do risco	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	16.799	16.558
Cíveis (i)	40.075	33.749
Tributários	8.165	562
Regulatório (ii)	974.570	615.408
Outros (iii)	6.333	1.392
Total	1.045.942	667.669

(i) Os valores classificados como riscos possíveis cíveis correspondem a ações indenizatórias com pedidos de danos materiais, danos morais, pensão vitalícia, lucros cessantes, seja em decorrência de acidente de trânsito, seja em decorrência de danos causados a veículo, pelo entendimento de que houve falha na prestação de serviços por parte da Concessionária.

(ii) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos. A Companhia está em discussão com órgão regulador (ANTT), acerca dos processos regulatórios oriundos de multas decorrentes do não cumprimento do contrato de concessão.

Em 12 de agosto de 2022, a Concessionária protocolou junto à ANTT manifestação de interesse na celebração de Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Multas ("TAC Multas"), conforme Resolução nº 5.823 de 12 de junho de 2018

(iii) O risco "outros" refere-se à matéria ambiental.

Procedimento arbitral com a OAS - Contingência ativa

Foi proferida Sentença Arbitral no âmbito da arbitragem entre a Via 040 e a Construtora OAS S.A. decorrente do contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, em 04 de outubro de 2021, que acolheu parcialmente os pedidos da Via 040 e considerou que a Concessionária faz jus à indenização de R\$ 3.335 (valor histórico), condenando, ainda, a OAS à obrigação de refazer as obras da Praça de Pedágio 7. A título de sucumbência, a Via 040 deverá pagar a quantia de R\$ 197 decorrente dos custos com a arbitragem e R\$ 930 de honorários advocatícios.

Em 21 de dezembro de 2021, a Via 040 se manifestou sobre a resposta da OAS, tendo sido proferida decisão em 05 de janeiro de 2022, que manteve os termos da Sentença. A Via 040 já cumpriu com sua parte na condenação imposta na Sentença e ingressou com pedido de habilitação na recuperação judicial do Grupo COESA (antiga OAS) do crédito reconhecido na Sentença. A COESA concordou com parte do valor dos créditos habilitados pela Via 040, em relação aos valores líquidos constantes da Sentença Arbitral, aguardando-se decisão naquela sede sobre os valores a serem incluídos no quadro geral de credores das recuperadas.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza do risco	31/12/2021	Adições	Baixas	Atualização	31/12/2022
				monetária	
Cíveis	3.288	305	(13)	326	3.906
Trabalhistas	2.488	1.435	(1.346)	162	2.739
Tributários	765	65	(76)	46	800
Total	6.541	1.805	(1.435)	534	7.445

Natureza do risco	31/12/2020	Adições	Baixas	Atualização	31/12/2021
				monetária	
Cíveis	2.512	108	-	668	3.288
Trabalhistas	1.710	836	(331)	273	2.488
Tributários	671	-	-	94	765
Total	4.893	944	(331)	1.035	6.541

12 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 1.104.899 (R\$ 1.104.889 em 31 de dezembro de 2021), representados por 1.779.280.945 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

13 Receitas por natureza

A Companhia apresentou suas receitas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de pedágio	455.040	414.915
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	10.092	9.359
Impostos, deduções e cancelamentos	(38.264)	(34.816)
Receita de serviços	426.868	389.458
Receita de construção	856	6.806
Receita total	427.724	396.264

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente à receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação da ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), que serão tributados no momento da realização do intangível.

O direito de explorar a infraestrutura é advindo dos gastos incorridos na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)****14 Custos e despesas por natureza**

A Companhia apresentou seus custos e despesas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Conservação e manutenção	(112.240)	(238.317)
Depreciação e amortização	(75.732)	(76.260)
Pessoal e encargos	(56.973)	(57.061)
Serviços de terceiros	(40.497)	(38.976)
Contingências	(30.582)	77.108
Material de consumo	(14.990)	(65.258)
Seguros e garantias	(10.574)	(9.160)
Consultoria e assessoria	(7.569)	(7.755)
Aluguéis e impostos	(5.199)	(5.617)
Energia elétrica	(2.954)	(3.050)
PECLD*	1.712	(1.510)
Custo de construção	(856)	(6.806)
Outras receitas (despesas) operacionais	(35.066)	(16.433)
	(391.520)	(449.095)
Custo de serviços prestados	(335.658)	(506.177)
Despesas gerais e administrativas	(30.134)	(28.292)
Custo de construção	(856)	(6.806)
Outras receitas (despesas) operacionais	(24.872)	92.180
	(391.520)	(449.095)

15 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.605	1.019
Variação monetária ativa	925	1.198
Desconto obtido	10	-
Juros ativos	6	-
Outros	-	(1.568)
Total receitas financeiras	2.546	649
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(145.458)	(47.567)
Juros sobre AVAL	(18.107)	(17.837)
Variação monetária passiva	(1.202)	(590)
Comissões e despesas bancárias	(578)	(32.210)
Outros	(1.352)	(454)
Total despesas financeiras	(166.697)	(98.658)
Total resultado financeiro	(164.151)	(98.009)

16 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33 R1) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador básico		
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(127.766)	(149.323)
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	1.779.281	1.658.504
Resultado do período básico por ação (R\$)	(0,072)	(0,090)

17 Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém seguro garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
Garantia ao Poder Concedente (a)	R\$ 401.338	20/03/2022	20/03/2023	Pottencial
Responsabilidade Civil Geral (b)	R\$ 30.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
Responsabilidade civil administradores D&O (b)	R\$ 100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley
Riscos Operacionais (c)	R\$ 280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
Veículos	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
Fiança locatícia	R\$ 955.826	02/03/2022	12/03/2023	Pottencial
Fiança locatícia	R\$ 324.000	29/08/2021	30/04/2023	Pottencial

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER".

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

(c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia

Abaixo os valores a apropriar de seguros:

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Seguros	31/12/2022	31/12/2021
Fiança Locatícia	5	8
D & O	9	9
Responsabilidade Civil	773	464
Riscos Operacionais	3.754	2.949
Frota	81	142
Seguro Garantia	825	710
	5.447	4.282

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores.

Instrumentos Financeiros	31/12/2022	31/12/2021
	Custo	Custo
	amortizado	amortizado
Ativos		
Contas a receber	33.169	25.234
Total do ativo	33.169	25.234
Passivos		
Fornecedores	35.361	55.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	984.786	945.540
Partes relacionadas	66.544	48.437
Obrigações com empregados e administradores	11.839	12.977
Total do passivo	1.098.530	1.062.507

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado.

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Contas a receber**

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI assim como os passivos financeiros.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diferentes instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos.

31/12/2022	Até 1 ano	1 a 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	983.945	841	984.786
Fornecedores	35.361	-	35.361

Dado o processo de relicitação, conforme citado na Nota explicativa nº 1, caberá à Companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização

(e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
DI Passivo (% ao ano)	13,65%	17,06%	20,48%

Fonte: Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do Banco Central.

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativo financeiro					
Equivalente de caixa	DI	25.992	3.548	2.661	1.774
TOTAL		25.992	3.548	2.661	1.774
Passivo Financeiro					
Empréstimo	DI	984.786	134.423	168.029	201.635
TOTAL		984.786	134.423	168.029	201.635

(f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	984.786	945.540
Caixa e equivalentes de caixa	(25.992)	(19.536)
Dívida líquida	958.794	926.004
Patrimônio líquido	302.661	174.895
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.261.455	1.100.899
Índice de endividamento líquido	-76%	-84%

19 Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada financeiramente	333	3.121
	333	3.121

Notas Explicativas**Concessionária BR-040 S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Obrigações com administradores e empregados

	31/12/2022	31/12/2021
Férias e encargos trabalhistas	8.363	9.700
Participação nos lucros a pagar	3.476	3.277
Total	11.839	12.977

21 Compromissos e responsabilidades

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, onde estabelece que a VIA040 deverá manter em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), a preços de novembro de 2012, reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa garantia corresponde a obras de duplicação da rodovia constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O PER prevê período de vigência o prazo disciplinado pelo 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013, ou seja, 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.248/2020, do dia 18 de fevereiro de 2020.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo. Na cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada deste novo termo aditivo será de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa do 1º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

22 Provisão ambiental

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado pela Companhia foi de R\$ 1.589 (R\$ 2.506 em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em setembro de 2019 com a conclusão prevista para o ano de 2025.

23 Contrato de construção

A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No período findo em 31 de dezembro 2022, a Companhia reconheceu R\$ 856 como receita e custo de construção (R\$ 6.806 em 31 de dezembro de 2021).

A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

Notas Explicativas

Concessionária BR-040 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

24 Eventos subsequentes

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária BR 040 – S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR 040 – S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR 040 – S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que indicam que a Companhia (i) incorreu em prejuízo de R\$ 127.766 (ii) apresentou passivo a descoberto de R\$ 302.661 e (iii) conforme balanço patrimonial naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 970.280. Chamamos a atenção para o assunto mencionado na nota explicativa nº 1, em que a Companhia descreve que em 20 de novembro de 2020 foi assinado termo aditivo ao processo de relicitação que estabelece, dentre outras matérias, suspensão temporárias das obrigações de investimentos originais ao contrato de concessão, condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoramento a serem mantidos pela Companhia até a conclusão do processo de relicitação. Dessa forma, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 13).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;

- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x n° de passageiros pagantes); e
- (iv) procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Intangível de concessão

Conforme descrito na nota 8, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia;
- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão;
- (iii) a avaliação de impairment envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de impairment. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e
- (vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram

considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, destacando o parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Jorge Andrade Costa
Presidente

Artemio Bertholini
Membro Titular

Felipe Guidi
Membro Titular

Eslei José de Moraes
Membro Titular

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da INVEPAR é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros.

No período de 23 de março de 2022 a 14 de março de 2023 realizou 16 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos controles internos e do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos às demonstrações financeiras intermediárias e anual.

Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório emitido pela Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, entende que os mesmos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Aldo Luiz Mendes
Coordenador Roberto Emilio Patriarca

Almir Alves Junior

Wilman Sanchez

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2023, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.